CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO BISPO

Aviso n.º 3312/2005 (2.ª série) — AP. — *Lista de antiguidade.* — Engenheiro Gilberto Repolho dos Reis Viegas, presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo:

Torna público, a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que a lista de antiguidade do pessoal do quadro desta Câmara Municipal, organizada nos termos dos artigos 93.º e 94.º do citado diploma, se encontra afixada, para consulta, no átrio do edifício dos Paços do Concelho e nos armazéns municipais.

Nos termos no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma, cabe reclamação, no prazo de 30 dias consecutivos a contar da publicação do presente aviso.

31 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Gilberto Repolho dos Reis Viegas*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 3313/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratações a termo resolutivo.* — Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que a presidente da Câmara procedeu às contratações a termo resolutivo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, dos seguintes trabalhadores:

Fernando Manuel Neves Gomes — pelo período de um ano, com efeitos a 29 de Março de 2005, na categoria equiparável a auxiliar técnico, por despacho de 19 de Fevereiro de 2005.

Tiago Alexandre Simões Inácio — pelo período de um ano, com efeitos a 29 de Março de 2005, na categoria equiparável a auxiliar técnico, por despacho de 19 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, conferida por despacho n.º 15/2002, de 10 de Janeiro de 2002, pela Directora do Departamento de Administração Geral, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso n.º 3314/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo resolutivo.* — Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que a presidente da Câmara procedeu à contratação a termo resolutivo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, de Ana Margarida Rei Lourenço dos Santos Libório, pelo período de um ano, com efeitos a 4 de Abril de 2005, na categoria equiparável a técnico superior estagiário de conservador restaurador.

4 de Abril de 2005. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, conferida por despacho n.º 15/2002, de 10 de Janeiro de 2002, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

Aviso n.º 3315/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratação a termo certo — renovações.* — Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que a presidente da Câmara procedeu à renovação da contratação a termo certo, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por mais um ano, dos seguintes trabalhadores:

Dília Cláudia Carapinha da Costa Barata Duarte — com efeitos a 30 de Junho de 2005, na categoria equiparável a auxiliar técnico, por despacho de 5 de Abril de 2005.

Bruno Miguel Inácio Pereira — com efeitos a 31 de Maio de 2005, na categoria equiparável a assistente administrativo, por despacho de 8 de Abril de 2005.

13 de Abril de 2005. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, conferida por despacho n.º 15/2002, de 10 de Janeiro de 2002, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Edital n.º 303/2005 (2.ª série) — AP. — Arquitecto Armindo Borges Alves da Costa, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão:

Torna público que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, em reunião realizada no dia 23 de Março de 2005, submeter,

nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação na 2.ª série do *Diário da República* do presente edital, a alteração do Regulamento de Publicidade.

O referido documento encontra-se à disposição do público, para consulta, nos Serviços de Atendimento ao Público, durante as horas normais de expediente.

29 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Armindo B. A. Costa*.

Proposta de Alteração ao Regulamento de Publicidade

Os artigos 23.º, 27.º, 29.º, 38.º, 48.º, 52.º e 62.º do Regulamento de Publicidade, aprovado pela Assembleia Municipal de 16 de Janeiro de 2004, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 23.º

[...]

- a)
- b)
- c)
- d) Letras soltas, símbolos ou vitrina — mensagem publicitária não luminosa, directamente aplicada nas fachadas dos edifícios, nas montras, nas portas ou janelas que não poderão exceder 0,40 m de altura e 0,10m de saliência.

Artigo 27.º

Condições de aplicação das letras soltas, símbolos ou vitrinas

(*Mantém-se o texto na íntegra.*)

Artigo 29.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 — O painel conterá, obrigatoriamente, no canto inferior direito, uma placa identificativa da entidade requerente, bem como o número atribuído pela Câmara Municipal.
- 5 —

Artigo 38.º

[...]

- a)
- b)
- c) Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do presente Regulamento, poderá ser autorizada a distribuição de cartazes e panfletos na via pública, desde que a distribuição seja efectuada mão-a-mão.

Artigo 48.º

[...]

- 1 —
- 2 — Após deferimento do pedido o levantamento da autorização será condicionado à entrega de cópia do contrato de seguro de responsabilidade civil.
- 3 — Será obrigatória a colocação, em local visível, da autorização e da identificação do titular.

Artigo 52.º

[...]

1 — Após o deferimento do pedido, o levantamento da licença fica condicionado à entrega de cópia do contrato de seguro de responsabilidade civil, nas situações em que, pela sua natureza, seja exigível.

2 — A Câmara Municipal pode exigir, se tiver por conveniente, parecer ao Serviço da Protecção Civil, nomeadamente quanto à necessidade de apresentação de contrato de seguro de responsabilidade civil.

Artigo 62.º

[...]

1 — As infracções ao preceituado neste Regulamento e tabela anexa constituem contra-ordenação punível com coima, nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 109/2001, de 24 de Setembro, cujo montante varia entre o mínimo de 50 euros e o máximo de 1900 euros, no caso de pessoas singulares, podendo elevar-se até 25 000 euros no caso de pessoas colectivas.

Os artigos 2.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 10.º da tabela de taxas anexa ao Regulamento de Publicidade, aprovado pela Assembleia Municipal de 16 de Janeiro de 2004, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 2.º

Chapas, placas, tabuletas, letras soltas, símbolos, vitrinas e outros semelhantes

1 — Chapas, placas e tabuletas — por unidade e por metro quadrado ou fracção e por ano — 24 euros.

2 — Letras soltas, símbolos ou vitrinas:

Por metro quadrado ou fracção de um polígono rectangular envolvente dos elementos publicitários considerados na sua globalidade e por ano ou fracção — 5 euros;

Por metro quadrado ou fracção de um polígono rectangular envolvente dos elementos publicitários considerados na sua globalidade e por mês ou fracção — 4 euros.

Artigo 4.º

[...]

Por metro quadrado ou fracção e por mês — 3 euros.

Artigo 5.º

[...]

Por metro quadrado ou fracção e por mês — 3 euros.

Artigo 5.º

Cartazes, dísticos colantes, panfletos e outros semelhantes

Por metro quadrado ou fracção de cada e por semana ou fracção — 4 euros.

Distribuição de panfletos ou outros semelhantes, por dia:

Até 1000 unidades — 5 euros;

Mais de 1000 unidades — 10 euros.

Artigo 7.º

[...]

1 — Com publicidade colocado na via pública — por metro quadrado ou fracção de um polígono rectangular envolvente dos elementos publicitários considerados na sua globalidade e por ano — 12,50 euros.

2 — Com publicidade sem ocupar a via pública — por metro quadrado ou fracção de um polígono rectangular envolvente dos elementos publicitários considerados na sua globalidade e por ano — 5 euros.

3 — Sem publicidade colocado na via pública — por metro quadrado ou fracção e por ano — 8 euros.»

Artigo 8.º

[...]

Por unidade, por metro quadrado ou fracção e por ano — 15 euros.

Artigo 10.º

[...]

1 —
2 —

3 — Unidades móveis publicitárias — por veículo e por dia ou fracção — 25 euros.

4 —

São ainda aditados à tabela de taxa anexa ao Regulamento os artigos 14.º e 15.º com a seguinte redacção:

Artigo 14.º

Para efeitos do previsto no artigo 19.º, n.º 5, o valor de referência será de 40 euros por metro quadrado com o mínimo de 50 euros.

Artigo 15.º

As taxas referidas no presente Regulamento serão atualizadas anualmente, de acordo com o coeficiente que em cada ano vier a ser fixado para os arrendamentos comerciais, com arredondamento por excesso para a unidade centesimal do euro.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA

Aviso n.º 3316/2005 (2.ª série) — AP. — *Celebração de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo.* — Torno público que, por meu despacho de contratação de 30 de Março de 2005, foi celebrado, em 1 de Abril do mesmo ano, e com efeitos desde a mesma data, contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, válido por um ano, eventualmente renovável até ao período máximo previsto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, se justificadamente, e se não for denunciado, nos termos legais, com Ana Rita Gomes Santos, na categoria de técnico de animação cultural de 2.ª classe (escalão 1, índice 295), do grupo de pessoal técnico, com fundamento na alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, para desempenhar funções na Divisão Social e Cultural desta Câmara Municipal. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

1 de Abril de 2005. — O Presidente da Câmara, *Carlos Fernando Diogo Pires.*

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL

Aviso n.º 3317/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos e dando cumprimento ao estabelecido no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidades do pessoal desta Câmara Municipal e do pessoal oriundo dos extintos serviços municipalizados, organizada nos termos do artigo 93.º do citado diploma, foi afixada nos locais de trabalho.

Da sua organização cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação.

31 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins.*

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI

Edital n.º 304/2005 (2.ª série) — AP. — Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei:

Torna público, no uso da competência que lhe confere a alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º, conjugado com o artigo 91.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 1 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Vila de Rei, na reunião camarária realizada a 1 de Abril de 2005, deliberou submeter a apreciação pública uma proposta de projecto de Regulamento para Atribuição do Direito à Propriedade de Fogos Integrados no Edifício Rainha Santa Isabel — Habitação Social a Custos Controlados, em cumprimento do n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro).

Assim, durante o período de 30 dias, a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, poderá a proposta de projecto de Regulamento ser consultada no edifício dos Paços do Concelho, na Divisão Financeira e Patrimonial, sobre a qual os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões à presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei, nos termos do n.º 2 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

5 de Abril de 2005. — A Presidente da Câmara, *Maria Irene da Conceição Barata Joaquim.*